

Termo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 4/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO
10/2026

CONTRATANTE
SAMAE DE SÃO LUDGERO

OBJETO
Pagamento do Licenciamento de veículos e equipamentos pesados da frota do SAMAE referente ao ano 2026.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 2.688,66 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos)

CONTRATADO
Razão social: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, CNPJ: 82.951.310/0001-56

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Art. 74, CAPUT, da Lei 14.133/2021

Termo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Ludgero, Inscrição no CNPJ Nº 86.446.630/0001-00, Autarquia Municipal da cidade de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, sito à Avenida Monsenhor Frederico Tombrock, 612, bairro Centro, CEP – 88.730-000, por intermédio do Setor de Compras, torna público que, formalizou uma **contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do Art. 74, CAPUT, da Lei 14.133/2021**, da Lei 14.133/2021, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é Processo de Inexigibilidade de Licitação para o seguinte objeto: **Pagamento do Licenciamento de veículos e equipamentos pesados da frota do SAMAE referente ao ano 2026**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificações Gerais E/Ou Da Prestação Dos Serviços:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Licenciamento de veículos	Taxa	18	R\$ 149,37	R\$ 2.688,66
Total: R\$ 2.688,66 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos)					

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1. Identificação da demanda

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de São Ludgero necessita realizar a **Pagamento do Licenciamento de veículos e equipamentos pesados da frota do SAMAE referente ao ano 2026**.

2.2. Justificativa da necessidade da aquisição e/ou contratação de serviços

O pagamento do licenciamento anual dos veículos e equipamentos pesados da frota do SAMAE de São Ludgero referente ao exercício de 2026 é uma obrigação legal prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), garantindo a regularidade e legalidade dos veículos para circulação nas vias públicas. Essa ação assegura a emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e), documento indispensável para a operação da frota, composta pelos seguintes veículos: CARGO 1119 2017/2018 QJM7711; Strada HW 2018/2019 QTL2412; Montana 2013/2013 LI6323; XTZ150 CROSSER 2021/2022 RKX3B23; Strada Endurance CS 2022/2022 RXO5B74; Strada HW 2012/2013 MJJ3716; Reboque 2022/2022 RYC6A56; Zafira 2008/2009 MFF4516; Cargo 815 N 2011/2012 MKM9369; Toyota Bandeirantes 1995/1995 LXT6709; Honda CG 2001/2002 MFI6430; S10 2006/2007 MJH1290; B95B 2019/2019 QJS5940; Strada Freedom 13CS 2023/2023 RXV7I42; Creta 1TA Limited 2023/2023 RXY9H43; Strada 2025/2026 TPS0A66; Strada 2025/2026 TPS0B66; Onix 2025/2026 TPV2J16..

Esses veículos são essenciais para a execução dos serviços do SAMAE, como manutenção de redes, atendimento emergencial, transporte de materiais e deslocamento de pessoal, sendo indispensáveis para a continuidade operacional e a prestação de serviços à comunidade. O pagamento do licenciamento reforça o compromisso com a segurança jurídica, evitando sanções administrativas e garantindo que a frota opere em conformidade com a legislação, além de assegurar a continuidade das atividades essenciais desenvolvidas pelo SAMAE de São Ludgero.

O pagamento, exclusivo à Secretaria de Estado da Fazenda - DETRAN-SC, inscrita no CNPJ 82.951.310/0001-56, reforça o compromisso do SAMAE com a segurança jurídica, evitando sanções administrativas e garantindo que a frota opere em conformidade com a legislação, além de assegurar a continuidade das atividades essenciais desenvolvidas pelo SAMAE de São Ludgero.

Diante da exclusividade e da natureza essencial dos serviços de telefonia fixa para as atividades do SAMAE, justifica-se a contratação direta com base na inexigibilidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021.

2.3. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração

O objeto da presente contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Ludgero – SAMAE, identificado sob a **Demanda nº 01**, conforme disposto na Portaria SAMAE SLU nº 116/2025, de 23 de dezembro de 2025, que aprova o PCA para o exercício de 2026.

A referida previsão encontra-se detalhada nas informações constantes do Relatório Anual de Demandas por Setor, em conformidade com a Portaria SAMAE SLU nº 106/2024, de 12 de dezembro de 2024, que regulamenta o Plano de Contratações Anual no âmbito do SAMAE de São Ludgero, demonstrando o alinhamento da contratação ao planejamento institucional e às diretrizes administrativas vigentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este processo se encaixa como Processo de Inexigibilidade de Licitação, justifica-se tal procedimento com fundamento no Art. 74, CAPUT, da Lei 14.133/2021, cito:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, (...)”.

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

4.1. **Da exclusividade e da inviabilidade de competição:** A contratação da **Secretaria de Estado da Fazenda**, inscrita no CNPJ nº 82.951.310/0001-56, justifica-se em razão da sua competência legal exclusiva para arrecadação das taxas estaduais, dentre elas a taxa de licenciamento anual de veículos automotores registrados no Estado de Santa Catarina.

Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997), o licenciamento anual é requisito obrigatório para a circulação regular de veículos nas vias públicas, sendo sua emissão vinculada ao órgão executivo de trânsito do Estado onde o veículo está registrado. Em Santa Catarina, tal atribuição é exercida pelo **Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina**, cuja arrecadação das respectivas taxas é realizada por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda.

Trata-se, portanto, de obrigação legal imposta à Administração Pública, cujo pagamento deve ser realizado diretamente ao ente estatal competente, inexistindo possibilidade de escolha entre fornecedores ou prestadores alternativos. Não há mercado concorrencial para a execução do objeto, pois a atividade decorre de poder de polícia administrativa e de competência tributária exclusiva do Estado.

Dessa forma, resta caracterizada a inviabilidade de competição prevista no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que apenas o órgão estadual competente pode promover o licenciamento e emitir o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e), documento indispensável para a regular circulação da frota do SAMAE.

Assim, a escolha do fornecedor não decorre de critério discricionário da Administração, mas de imposição legal, configurando hipótese típica de inexigibilidade de licitação por inviabilidade absoluta de competição.

4.2. **Dados do Fornecedor:** Segue os dados do(s) fornecedor(es) escolhida(s) como fornecedor(es) ou executante(s) abaixo

Razão Social: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CNPJ: 82.951.310/0001-56.

Endereço: Rodovia SC 401 KM 5 Nº 4600, Bairro Saco Grande II, Cep 88032-000, Florianópolis/SC.

4.3. **Habilitação:** Para fins de habilitação, considera-se que o objeto em questão se refere ao **pagamento de taxas** com competência legal exclusiva, não caracterizando contratação típica de serviço ou fornecimento.

Ainda assim, **de forma subsidiária e por cautela administrativa**, considerando que o valor da despesa é **inferior a 1/4 (um quarto) do limite de dispensa de licitação**, aplica-se o disposto na **Portaria SAMAE SLU nº 110/2024, de 13 de dezembro de 2024**, que regulamenta a **simplificação**

dos requisitos de habilitação em dispensas de licitação de pequeno valor, nos termos do art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, **serão exigidos apenas os documentos mínimos estritamente necessários**, observada a proporcionalidade e a razoabilidade, conforme segue

4.3.1. Da Regularidade Jurídica:

- a) Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com emissão não superior a 90 (noventa) dias, contando da data de abertura da licitação.

4.3.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5. Conforme Decreto Municipal n. 46/2023, de 16 de junho de 2023, os órgãos da administração pública, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, quando houver, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Conforme exposto no Parecer Contábil, as despesas decorrentes deste processo correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 08 - SAMAE

Unidade Orçamentária: 01 - Sistemas de Água e Esgoto Sanitário

Função: 17 - Saneamento

Subfunção – 512 - Saneamento Básico Urbano

Projeto/Atividade: 1.073 – FROTA SAMAE

Elemento da despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: O complemento da despesa será informado, posteriormente, pelo gestor de contratos.

8. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO JUSTIFICATIVA

8.1. Setor Responsável pela Elaboração da Justificativa: Frota.

8.2. Servidor Responsável: Pedro Edison Dea.

8.3. Função: Escriturário, responsável pelo Setor de Frota.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Poderá o SAMAE de São Ludgero revogar a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.2. O SAMAE de São Ludgero deverá anular a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.3. A anulação do procedimento de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.4. Dúvidas ou esclarecimentos poderão ser solicitadas através do endereço eletrônico: licitacao@samaesl.sc.gov.br.

São Ludgero, 03 de março de 2026.

Everthon Perin

Agente de Contratação